



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL- CCFDS

#### ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CCFDS, REALIZADA EM 09/12/2020

1 Aos 09 dias do mês de dezembro do ano de 2020, das 10h (dez horas) até às 12h (doze  
2 horas), por meio de videoconferência, realizou-se a 55ª Reunião Ordinária do Conselho  
3 Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS), conduzida pelo Sr. Daniel de  
4 Oliveira Duarte Ferreira (MDR), Presidente Suplente do CCFDS, na qual estavam  
5 presentes os seguintes membros e convidados: Sr. Alfredo Eduardo dos Santos  
6 (Conselheiro, MDR); Sr. Helder Melillo Lopes Cunha Silva (Secretário-Executivo,  
7 MDR); Sr.ª Joelma Silvestre Medeiros (Secretária-Executiva Suplente, MDR); Fernando  
8 Wandescheer de Moura Alves (titular, MC); Sr. Rui Pires da Silva (suplente, ME); Sr.ª  
9 Janaína Marcon Barbosa dos Santos (suplente, MMFDH); Sr. Luigi Nesse (conselheiro,  
10 CNS); Sr. Fernando Garcia (suplente, CNS); Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira  
11 (titular, CNI); Sr. Álvaro Cagnoni (titular, CNI); Sr. Alexandre Ferraz (suplente, CUT);  
12 Sr. Alan Francisco de Carvalho (conselheiro, CTB); Sr.ª Cíntia Lima Teixeira de Castro  
13 (convidada, CAIXA); Sr.ª Maria Leonete da Conceição Leite (convidada, CAIXA); Sr.  
14 Randys Carvalho Pereira de Azevedo (convidado, CAIXA); Sra. Nathalya Priscilla Costa  
15 Pacheco (convidada, CAIXA); Sr. Paulo Roberto Ruas Guimaraes Junior (convidado,  
16 CAIXA); Sra. Karla Handrea Faray Melo (convidada, CAIXA); Sra. Luciane dos Santos  
17 Garcia Santana (convidada, CAIXA); Sra. Alessandra D'Ávila Vieira (convidada, SNH);  
18 Sr. Antônio Vladimir Moura Lima (convidado, SNH); Sra. Monique Toledo (convidada,  
19 SNH); Sr. José Cristiano (convidado, SNH); Sra. Izabel Torres Cordeiro (convidada,  
20 SNH); Sra. Mayara Daher de Melo (convidada, SNH); Sr. Guilherme Souza (convidado,  
21 SNH); Sr. Alfeu Garbin (convidado, ABC); Sr. Gustavo Henrique Terra (convidado,  
22 MC); Sr. Luciano de Oliveira Gonçalves (convidado, SEGOV); Sr. Ivanildo Fernandes  
23 (convidado, CAIXA).

24 Os presentes se cumprimentam desejando bom dia uns aos outros. O Sr. **Daniel** iniciou,  
25 então, a reunião 55ª Reunião Ordinária do Conselho Curador do Fundo de  
26 Desenvolvimento Regional - CCFDS perguntando ao Sr. **Helder** se havia quórum. Este  
27 respondeu que sim. O Sr. **Daniel** procedeu a uma breve chamada.

28 **I – Assuntos para Deliberação:** 1) **Voto MDR nº 03/2020:** propõe aprovar as  
29 demonstrações contábeis e financeiras de 2019 do FDS; 2) **Voto MDR nº 04/2020,**  
30 propõe aprovar o Programa de Regularização Fundiária Melhoria Habitacional, integrante

31 do Programa Casa Verde Amarela; **3) Aprovação do calendário anual de reuniões**  
32 **ordinárias do CCFDS de 2021 e II – Assuntos Gerais.**

33 **1) Voto MDR nº 03/2020:** O Sr. **Daniel** introduziu o primeiro assunto da pauta  
34 comentando o objetivo do Voto 03/2020 é a aprovação das demonstrações contábeis e  
35 financeiras referentes ao exercício de 2019 do FDS. Em seguida, concedeu a palavra à  
36 Sra. Cintia Lima Teixeira de Castro, Superintendente Nacional da Caixa, para que ela  
37 desse início à apresentação da prestação de contas.

38 A Sr<sup>a</sup> **Cíntia**, iniciou a apresentação das contas do FDS em 2019. Reiterou que o objetivo  
39 do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS é garantir os projetos de investimento de  
40 interesse social. Explicou, em sequência, que o FDS abriga dois programas: Minha Casa,  
41 Minha Vida - Entidades e o Novo Programa Crédito Solidário. Sobre a quantidade de  
42 contratações realizadas no período, o investimento de R\$ 3,9 bilhões foi refletido em 526  
43 empreendimentos no Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades. Sobre os contratos  
44 em amortização, afirmou que 43% estão adimplentes e 32% com atraso de 1 a 90 dias.  
45 Colocou, ainda, que 2 honras de danos físicos aos imóveis DFI foram solicitadas e  
46 realizadas. Em termos de ações judiciais, foram provisionados R\$ 354,9 mil em 103 ações  
47 rotineiras e 05 ações relevantes.

48 Em relação ao Novo Programa Crédito Solidário, a Sra. Cintia pontuou que R\$ 434  
49 milhões foram gastos em investimentos, refletindo em 333 empreendimentos, sendo 277  
50 finalizados ao longo do Programa. Acerca dos contratos em amortização, afirmou que  
51 46,6% deles estão adimplentes nessas faixas, sendo que 22,2% com atrasos de 1 a 90 dias.  
52 Houve 2 honras com DFI e, em ações judiciais, R\$ 743 mil foram provisionados. Sobre  
53 a inadimplência, a Sra. Cintia frisa que a porcentagem é semelhante para ambos os  
54 programas: cerca de 43% estão em dia. Após concluir os dados, a palavra é passada ao  
55 Sr. **Paulo**.

56 Em referência às demonstrações contábeis do FDS no exercício de 2019, o Sr. **Paulo**  
57 destacou que o parecer da PWC (a auditoria independente do FDS) foi emitido sem  
58 nenhuma ressalva. Afirmou que o resultado do FDS do exercício de 2019 apresentou um  
59 prejuízo de R\$ 69,5 milhões; prejuízo maior que em 2018 em função da constituição para  
60 créditos de devedores duvidosos, principalmente relacionados às obras paralisadas.

61 O Sr. **Paulo** prosseguiu à apresentação explicitando que, sobre o patrimônio do FDS em  
62 2019, o ativo soma cerca de R\$ 3,2 bilhões e é representado principalmente pelas  
63 operações de crédito no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Essas operações,  
64 por sua vez, somam cerca de R\$ 1,8 bilhões. Já as receitas operacionais somam R\$ 460  
65 milhões, representadas basicamente pela subvenção do Programa Minha Casa, Minha  
66 Vida, contrabalanceadas pelas despesas operacionais - estas principalmente, pela despesa  
67 de subsídio -, e a variação das referidas despesas operacionais está relacionada à despesa  
68 de PDD, o que fez variar o resultado de 2018 para 2019.

69 O Sr. **Paulo** ressaltou que as receitas operacionais representaram R\$ 460 milhões e foram  
70 superiores aos valores de 2018 em função do incremento da receita de subvenção, do  
71 número de unidades habitacionais que entraram em fase de amortização; em 2018, eram  
72 3.558 unidades habitacionais e, em 2019, 5.919.

73 Acerca das aplicações interfinanceiras de liquidez, em que estão representados os  
74 depósitos remunerados na Caixa pela SELIC e, também, aplicações em LFT, o Sr. **Paulo**  
75 explicou que, como a SELIC reduziu de 2018 para 2019, houve variação apresentada  
76 entre os dois exercícios. Afirmou também que, em TVM, em que estão representadas as  
77 aplicações em LFT e CDB, o incremento de 2019 em relação a 2018 se deu em função  
78 dos rendimentos acumulados entre os dois exercícios.

79 O Sr. **Paulo** ressaltou novamente que o incremento das despesas operacionais tem relação  
80 com devedores duvidosos. Em 2018, foram cerca de R\$ 70 milhões e em 2019, R\$ 178  
81 milhões. Pontuou que o FDS segue a normatização do CMN, do Banco Central, e,  
82 alinhado a isso, é constituída a provisão para devedores duvidosos sobre as operações de  
83 crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682 do Banco Central.

84 Afirmou que nas despesas de subsídio, houve também incremento; sua justificativa é o  
85 incremento da receita de subvenção. Novamente a respeito do ativo, disse que é  
86 principalmente representado pelas operações de crédito; a redução das operações de  
87 crédito está vinculada principalmente à provisão para créditos duvidosos. Quanto à Caixa  
88 e Equivalente de Caixa, explanou que se representam pelos depósitos remunerados e  
89 aplicações em LFT e CDB. Em termos de passivo, há a dotação da União, representados  
90 aqui o ingresso e os aportes realizados pela União, contrabalanceados pela alienação das  
91 unidades habitacionais.

92 Passando à provisão para ações judiciais, o Sr. **Paulo** coloca que ela sofreu uma redução.  
93 Em relação ao número de ações judiciais no exercício de 2018, no final do exercício, diz  
94 que o FDS figurava como polo passivo em 199 ações. Em 2019, esse número de ações  
95 em que o FDS figura como polo passivo caiu para 132, considerando o Novo Programa  
96 Crédito Solidário e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

97 Sobre os passivos atuariais, o Sr. **Paulo** declarou que apresentaram incremento, o que se  
98 justifica pelo incremento na média móvel da taxa de recorrência de Morte ou Invalidez  
99 Permanente ou Danos Físicos ao Imóvel. Já acerca de outros passivos, incluiu a taxa de  
100 administração, esta representada tanto junto ao agente financeiro quanto ao agente  
101 operador. A redução da taxa de administração, explicou, é justificada pela taxa de  
102 administração devida ao agente financeiro em função da redução no número de operações.

103 O Sr. **Paulo** mencionou o patrimônio líquido, o qual apresenta redução justificada  
104 exclusivamente pelo resultado negativo apresentado em 2019, cerca de R\$ 70 milhões.

105 Finda a apresentação das demonstrações contábeis do FDS em 2019, o Sr. **Luigi** pede a  
106 palavra, a qual lhe é concedida pelo Sr. **Daniel**. Expressa, em seguida, sua preocupação  
107 em relação à alta taxa de inadimplência e indaga como a Caixa tem lidado com a questão.  
108 Frisa que deve ser encontrada uma solução que não envolva a justiça, pois as famílias  
109 ficam inadimplentes por falta de condições. Em sequência, sugeriu que a Caixa diminua  
110 sua taxa de administração e invista em informatização para isso.

111 Acerca da fala do Sr. Luigi, a Sra. **Cintia** coloca que existe uma área segregada na Caixa  
112 que precifica a taxa de administração segundo os custos operacionais. Em seguida, a  
113 palavra é passada ao Sr. Helder para que este comente a questão da inadimplência.

114 Em posse da palavra, o Sr. **Helder** aponta que, em virtude da Medida Provisória 996, que  
115 cria o Programa Casa Verde Amarela, é possível discutir ações para reduzir a  
116 inadimplência. Afirma que se criou um grupo interno junto com a Caixa para tratar do  
117 assunto e, muito provavelmente, um conjunto de ações será apresentado no primeiro  
118 semestre do ano seguinte.

119 O Sr. **Luigi** complementa sua fala ao reforçar a necessidade de criar um processo fácil,  
120 rápido e administrativamente muito eficaz utilizando a tecnologia. Em seguida, o Sr.  
121 **Daniel** concede a palavra ao Sr. **Rui**. Este lembra aos presentes que, sobre a  
122 inadimplência, foi aprovado no Senado o Projeto de Lei de Conversão nº 41/2020  
123 referente à Medida Provisória 996, que traz uma alteração na lei do Minha Casa, Minha  
124 Vida e permite ao Ministério do Desenvolvimento Regional tratar da questão. Assim,  
125 haverá instrumento legal para cuidar da situação. O Sr. **Rui** prossegue e chama a atenção  
126 para a redução do ativo em 3,7%. Pontua também o aumento de 18% na taxa de  
127 administração, uma vez que foram R\$ 46 milhões em 2018 e R\$ 55 milhões em 2019.  
128 Ressalta que isso será discutido no voto 4 e adianta seu voto de aprovação à prestação de  
129 contas.

130 Retomando a palavra, o Sr. **Luigi** reforça que o prejuízo é equivalente ao valor da taxa de  
131 administração e brinca que, talvez findando essa taxa, finda-se o prejuízo. O Sr. **Rui**  
132 reitera que a Caixa deve ser remunerada por previsão em lei, mas a remuneração deve ser  
133 discutida. O Sr. **Alexandre** elogia a fala dos colegas e lembra que o FDS precisa  
134 estabelecer uma taxa. No entanto, argumenta que, no FGTS, a Caixa demorou a responder  
135 e o processo foi tortuoso; quanto mais célere a Caixa for, melhor. Em seguida, pede que  
136 a apresentação seja enviada a todos e indaga se todos os dados são referentes a 2019.

137 A Sra. **Cintia** confirma que os dados apresentados dizem respeito ao exercício de 2019.

138 O Sr. Alexandre, então, aponta que as obras paralisadas também devem ter um papel  
139 importante no prejuízo. Pede, na sequência, para que seja comentado o peso desse fator e  
140 do fator inadimplência para o prejuízo. Relembrou que foi aprovado um recurso adicional  
141 na última reunião para essas obras.

142 O Sr. **Daniel** concede a palavra, então, ao Sr. **Helder**. Este reitera a preocupação tanto  
143 com a inadimplência, quanto com as obras paralisadas. Entretanto, a primeira situação já  
144 foi comentada e no caso das obras paralisadas, ele ressalta que o programa Minha Casa,  
145 Minha Vida tem uma carteira de cerca de 70 mil unidades habitacionais, das quais 12 mil  
146 ainda não viraram obras, estão em uma fase de projetos, e apenas 13 ou 14 mil obras  
147 entregues. Afirma que soluções estão sendo estudadas pela Secretaria Nacional de  
148 Habitação.

149 O Sr. **Paulo**, em resposta ao Sr. Alexandre, afirmou que, do montante de R\$ 178 milhões,  
150 cerca de 107 milhões, data base de 2019, estão relacionados à obra paralisada. Citou,  
151 ainda, a Resolução nº 2.682 do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, a qual  
152 prevê que obras com atraso superior a 180 dias são classificadas como paralisadas. O Sr.  
153 **Alexandre** conclui que as obras paralisadas têm um peso maior para o prejuízo e reforça  
154 a necessidade de encontrar soluções. O Sr. **Helder** informou que será enviado um  
155 relatório a todos sobre a atual situação do Minha Casa, Minha Vida – Entidades. A Sra.  
156 **Cintia** comenta que, em 2020, a retomada das obras paralisadas já está trazendo

157 resultados positivos. O Sr. Daniel abre, então, para deliberação quanto ao voto número 3,  
158 o qual é aprovado por unanimidade.

159 **2) Voto nº 04/MDR/2020:** O próximo assunto de pauta da reunião versou sobre o Voto  
160 nº 04/MDR/2020, o qual propõe aprovar o Programa de Regularização Fundiária e  
161 Melhoria Habitacional, integrante do novo Programa Casa Verde Amarela, destinado ao  
162 atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda. O Sr. **Daniel** passa  
163 a palavra ao Secretário Nacional de Habitação, Sr. **Alfredo**, que frisa o cuidado na  
164 elaboração do Programa Casa Verde Amarela, o qual trata do déficit habitacional tanto  
165 quantitativo quanto qualitativo. Declara que não haverá inadimplência porque a família  
166 fará um depósito prévio; por fim, colocou que o Programa traz inovações nas formas de  
167 pagamento, que será dado de acordo com o volume de operações efetivamente feitas.  
168 Antes que a Sra. Alessandra inicie a apresentação, o Sr. **Helder** reforça que o grupo  
169 técnico se reuniu diversas vezes para melhorar vários pontos do Programa e houve  
170 alterações na minuta desde a última Reunião do grupo técnico, em 21 de outubro. O Sr.  
171 **Luigi** sugere, na sequência, a criação de uma agência público-privada para acompanhar  
172 os procedimentos do Programa. O Sr. **Alfredo** colocou, então, que uma ferramenta  
173 semelhante à sugerida pelo Sr. Luigi está sendo desenvolvida pela Secretaria Nacional.

174 Em seguida, com a palavra, a Sra. **Alessandra** iniciou a apresentação acerca do Programa  
175 de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional comentando sobre quão árduo e  
176 detalhado foi o trabalho desenvolvido. Explicou que objetivo é promover o direito à  
177 moradia adequada por meio da concessão de financiamento e condições especiais de  
178 subsídio para execução de obras e serviços destinados à regularização fundiária e à  
179 melhoria habitacional. Afirmou que o marco normativo é a Lei nº 3.465, e que o Programa  
180 tem como foco a REURB-S, territórios de baixa renda. Ela explica que a proposta é que  
181 o Programa seja executado por empresas de pequeno e médio porte, e que as melhorias  
182 habitacionais estão focadas na superação de condições de insegurança, risco e  
183 insalubridade. Em termos de lei, explica a Sra. **Alessandra**, famílias de até 5 salários-  
184 mínimos são REURB-S, mas o Programa visa a trabalhar principalmente com famílias de  
185 até 2 mil reais, o grupo 1, em termos de melhoria habitacional. Já a regularização seria  
186 para todo o assentamento e, as melhorias habitacionais, para até 20% das famílias do  
187 núcleo urbano.

188 Como atores do Programa, a Sra. **Alessandra** destacou o MDR como gestor, o Conselho  
189 Curador, responsável pelas diretrizes, a Caixa agente operador e responsável pelos  
190 serviços relativos à pesquisa de enquadramento das famílias, salientando que uma das  
191 inovações do Programa é a multiplicidade de agentes financeiros. Ela explica também  
192 que as empresas de pequeno e médio porte apresentam a proposta para executar o projeto,  
193 mas podem fazê-lo apenas em municípios que tenham aderido ao Programa.

194 O investimento, segundo a Sra. **Alessandra**, é de até R\$ 23 mil para melhoria habitacional  
195 por moradia e R\$ 2 mil para regularização. Destaca, ainda, que tudo tem sido  
196 acompanhado pela CGU. O investimento médio ficará em torno de R\$ 15 mil para  
197 melhoria e R\$ 1 mil, regularização fundiária,. Ela frisou que esses orçamentos incluem  
198 não só o material de construção, mas todo o serviço. A liberação de recursos é vinculada  
199 à comprovação da realização da etapa correspondente.

200 Com relação aos critérios de elegibilidade, a Sra. **Alessandra** ressalta: a Resolução prevê  
201 que o município deve possuir órgão responsável pelo setor de habitação ou regularização  
202 fundiária. Áreas de conflito fundiário não podem ser contempladas. Já os critérios de  
203 priorização são: possuir um plano de interesse social, plano de regularização, áreas de  
204 titularidade pública e área doada pelo Programa Terra Legal. Para a elegibilidade do lote,  
205 destaca-se uso tanto residencial como comercial. Para critérios de família de  
206 regularização fundiária, a Sra. **Alessandra** elencou os seguintes: ser maior de 18 anos e  
207 possuidora de lote na área. Nos casos de família de melhoria habitacional: renda de até  
208 R\$ 2 mil, ser maior de 18 anos, detentora de imóvel residencial na área.

209 Sobre a seleção e a contratação das propostas, a Sra. **Alessandra** apontou que o MDR vai  
210 regulamentar o programa a partir da aprovação da Resolução. O agente operador inicia o  
211 credenciamento dos agentes financeiros e, em seguida, vem a adesão dos municípios. A  
212 contratação da regularização fundiária, conforme explicitado, ocorre após o agente  
213 financeiro analisar a viabilidade técnica, jurídica e financeira da proposta. A Caixa, após  
214 a contratação do agente promotor da regularização fundiária, faz a análise de  
215 enquadramento das famílias. A Sra. **Alessandra** explicou que, para se iniciar a proposta,  
216 a maioria (50%+1) das famílias já devem ter aderido ao Programa. A adesão se configura  
217 pela contratação do financiamento. Já na contratação da melhoria habitacional, ela  
218 explicita que o agente promotor de regularização fundiária realiza o cadastro físico social,  
219 o município seleciona as famílias, o agente financeiro contrata com o agente promotor da  
220 Melhoria Habitacional e o agente promotor só então desenvolve o projeto. O retorno do  
221 financiamento é uma parcela única, em forma de caução, proporcional à renda familiar.  
222 Acerca da remuneração do agente financeiro e da Caixa, a Resolução deve delegar essa  
223 definição para o órgão gestor.

224 A Sra. **Alessandra** destaca que a CGU contribuiu não apenas com a metodologia, mas  
225 com mitigadores de risco. Frisa também que a Instrução Normativa está bastante  
226 detalhada em decorrência da multiplicidade de agentes financeiros. Acrescentou, ainda,  
227 que o TCU está mapeando os riscos do Programa. Antes de finalizar a apresentação, ela  
228 cita a sugestão de ajuste de redação da minuta que foi encaminhada aos presentes para  
229 alterar a data de entrega da carta de serviços do agente operador, a fim de que seja um  
230 artigo da Resolução em si. Cita também a inclusão de um item sobre os limites de  
231 financiamento incluírem a remuneração dos agentes financeiros e da Caixa. Com essas  
232 colocações, é finalizada a apresentação.

233 O Sr. **Daniel** abre o regime de discussão e, em seguida, passa a palavra para o Sr. Luigi.  
234 O Sr. **Luigi** indagou sobre a certificação dos materiais de construção e sugeriu a criação  
235 de kits que definam o melhor formato para as unidades que serão construídas. A esse  
236 respeito, a Sra. **Alessandra** responde que os materiais devem seguir as normas do  
237 Programa Setorial da Qualidade e esclareceu que já há kits relativos aos diversos cômodos  
238 de uma habitação, de modo que o arquiteto e o engenheiro tenham uma gama de opções  
239 – tudo discutido com a CGU. O Sr. **Luigi** retrucou que a CGU deveria ter um grau menor  
240 de importância no projeto, pois ela já tem muitas atribuições. Por sua vez, a Sra.  
241 **Alessandra** afirmou que a CGU precisaria auditar de qualquer forma, está fazendo isso  
242 previamente ao conceder seu aval. O Sr. **Rui** solicitou esclarecimento sobre os 20% de  
243 famílias contempladas com a melhoria habitacional, se seria no mínimo ou no máximo  
244 essa porcentagem, ao que a Sra. **Alessandra** respondeu no máximo 20%. Caso o

245 Programa consiga mais recursos, o percentual pode ser aumentado. O Sr. **Rui** apontou  
246 que, no item 16 do voto, está como mínimo de 20%. Em seguida, esclarece a questão da  
247 remuneração: esta compõe a subvenção, os valores de financiamento de R\$ 23 mil e R\$  
248 2 mil. Quanto ao texto, ele alega que faltou afirmar a quem a Caixa deve apresentar a  
249 carta de serviço precificada até 30 de junho. Então deve-se incluir que ela deverá  
250 apresentar ao Conselho Curador. Haverá, então, a discussão para que aí se fixe uma nova  
251 remuneração. Apontou, ainda, que houve em 2019 redução do ativo e aumento da taxa de  
252 administração. Logo, não se deve manter a remuneração como está.

253 O Sr. **Daniel** reforça a importância da apresentação da carta de serviço precificada, pois  
254 é uma questão que se enfrenta em todos os fundos. Em sequência, a palavra é dada ao Sr.  
255 **Alexandre**, que indaga como se verifica se a família detém ou possui um imóvel se a  
256 maioria dos imóveis é irregular. Perguntou também se não seria interessante adotar o  
257 critério de renda per capita para as famílias e se o critério de até cinco salários-mínimos  
258 será cumprido em vista do critério de Tenda Poligonal. A Sra. **Alessandra** esclarece que  
259 o critério Poligonal foi adotado por estar previsto em lei, e que se atendem famílias de até  
260 5 salários-mínimos, mas a maioria é de baixa renda. Famílias com renda superior terão  
261 acesso à regularização, mas sem subsídio. O Sr. **Rui** reitera esta fala: a família de renda  
262 superior deverá ressarcir os gastos do FDS, segundo a Resolução.

263 Em referência aos documentos exigidos para comprovar posse ou detenção do lote, a Sra.  
264 **Alessandra** pede que o Sr. **José** esclareça sobre o assunto. O Sr. José alega que são  
265 utilizados documentos como negociações informais e contas de água, luz e IPTU. O Sr.  
266 **Alexandre** questiona, então, como evitar a grilagem momentânea nesse contexto. O Sr.  
267 **José** explica que a grilagem é identificada na pesquisa cartorial e dominial que é feita  
268 paralelamente. A Sra. **Alessandra** frisa que o imóvel a ser contemplado deve estar  
269 ocupado até 2016, além de que área de conflito fundiário não pode ser contemplada.  
270 Quanto à renda per capita, ela argumenta que é um critério de desempate; outros critérios  
271 prioritários apontados são famílias que tenham crianças, idosos e adensamento excessivo.  
272 O Sr. **Alexandre** solicitou o encaminhamento da Instrução Normativa aos presentes.

273 Em seguida, a Sra. **Alessandra** responde uma pergunta do chat sobre a previsão de prazo  
274 para as orientações referentes ao credenciamento de agentes financeiros. Alega que essa  
275 discussão está sendo finalizada junto aos órgãos de controle. Com relação à estratégia que  
276 o MDR está adotando para sensibilizar os municípios, de maneira que queiram aderir ao  
277 Programa, ressalta a grande procura por parte dos municípios, além de citar o lançamento  
278 de um curso sobre regularização fundiária e as informações que serão disponibilizadas a  
279 respeito.

280 O Sr. **Daniel** passa, então, ao regime de votação. O voto número 4 é aprovado por  
281 unanimidade.

282 **3) Aprovação do calendário anual de reuniões ordinárias do CCFDS para 2021:**  
283 antes de conceder a palavra ao Sr. **Helder** para a exposição sobre este tópico, o Sr. **Daniel**  
284 agradeceu a presença no início da reunião do Secretário de Articulação e Parcerias do  
285 Ministério da Cidadania em nome do ministro Marinho e da Secretaria Nacional de  
286 Habitação. O Sr. **Gustavo**, representante do Secretário, afirmou que proferirá o voto caso  
287 necessário e que providências estão sendo tomadas para que ele substitua formalmente o  
288 Secretário. A palavra é, então, passada para o Sr. **Helder**.

289 O Sr. **Helder** declara que, para o ano seguinte, resta a prestação de contas do exercício de  
290 2020 e do plano de metas de 2021. Relata que, tradicionalmente, o plano é votado em  
291 dezembro, mas o calendário de 2020 foi atropelado pelos votos do Programa de  
292 Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional. Sugere, então, a data da próxima  
293 reunião para o dia 3 de fevereiro de 2021, pois certamente não haverá contratações do  
294 Programa já em janeiro. Apresenta, consecutivamente, a data de 14 de abril para  
295 apresentar alterações das resoluções 216 e 217, relativas aos programas pretéritos  
296 Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades e Programa Crédito Solidário, com o  
297 intuito de fazer alterações sobre o processo de retomada e obras paralisadas. Por fim,  
298 sugere a data 11 de agosto para a prestação das contas do FDS do exercício de 2020 e 8  
299 de dezembro para votar o plano de metas de 2022. Ressalta que mudanças podem ocorrer  
300 caso haja necessidade, e afirma crer que o calendário está aprovado.

301 O Sr. **Alexandre** diz não ter nenhum óbice. O Sr. **Daniel** afirma, então, que a pauta foi  
302 vencida e agradece pela participação de todos.

303 **II – Assuntos Gerais:** Após o regime de votação dos itens de pauta, o Sr. **Rui** sugere que  
304 a apresentação feita pela Sra. Alessandra seja disponibilizada a todos os membros do  
305 Conselho. O Sr. **Daniel** concorda. Já o Sr. **Luigi** indaga se o órgão gestor ficou  
306 encarregado de estabelecer as tarifas de remuneração da Caixa, se isso será comunicado.  
307 O Sr. **Daniel** responde que a Portaria do MDR estabelecerá a questão. A Sra. **Alessandra**  
308 diz que isso constará na Instrução Normativa que será encaminhada. O Sr. **Luigi** ressalta  
309 que a questão precisa ser mais discutida. O Sr. **Rui** relembra que a remuneração do agente  
310 operador será discutida no âmbito do Conselho.

311 O Sr. **Alexandre** questiona se as COHABs poderão atuar como agente financeiro no  
312 Programa, pois não gostaria que fossem excluídas. A Sra. **Alessandra** responde que de  
313 forma alguma, visto que as COHABs são parceiras do Programa. Ressalta que critérios  
314 estão sendo estabelecidos para avaliar a saúde financeira e acompanhamento técnico pela  
315 COHAB, para que haja segurança para o Programa.

316 O Sr. **Daniel** agradeceu novamente pelo empenho de todos e declarou a reunião  
317 encerrada.

## 318 **QUÓRUM DELIBERATIVO CCFDS**

### 319 **1. Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR:**

320

321 Daniel de Oliveira Duarte Ferreira – Presidente do Conselho – Suplente

#### 322 **1.1 Secretaria Nacional de Habitação – SNH:**

323

324 Alfredo Eduardo dos Santos – Titular

### 325 **2. Ministério da Economia – ME:**

326

327 Rui Pires da Silva - Suplente



328 **3. Ministério da Cidadania – MC:**

329

---

330 Fernando Wandescheer de Moura Alves – Titular

331 **4. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – MMFDH:**

332

---

333 Janaína Marcon Barbosa Lemos dos Santos – Suplente

334 **5. Confederação Nacional dos Serviços – CNS:**

335

---

336 Luigi Nesse – Titular

337 **6. Confederação Nacional da Indústria – CNI:**

338

---

339 Gustavo Pinto Coelho de Oliveira - Titular

340 **7. Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:**

341

---

342 Álvaro Cagnoni - Titular

343 **8. Central Única dos Trabalhadores – CUT:**

344

---

345 Alexandre Ferraz - Suplente

346 **9. Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB:**

347

---

348 Alan Francisco de Carvalho - Titular

349 **DEMAIS MEMBROS E CONVIDADOS**

350

---

351 Helder Melillo Lopes Cunha Silva – Secretário-Executivo CCFDS

352

---

353 Joelma Medeiros – Secretária-Executiva CCFDS – Suplente

354

---

355 Luciano de Oliveira Gonçalves – SEGOV

356

---

357 Gustavo Henrique Terra – MC

358

---

359 Cintia Lima Teixeira de Castro – Agente Operador

360 Paulo Roberto Ruas Guimaraes Junior – Agente Operador

361 \_\_\_\_\_  
362 Randys Carvalho Pereira de Azevedo – Agente Operador  
363 \_\_\_\_\_  
364 Nathalya Priscilla Costa Pacheco – Agente Operador  
365 \_\_\_\_\_  
366 Karla Handrea Faray Melo – Agente Operador  
367 \_\_\_\_\_  
368 Luciane dos Santos Garcia Santana – Agente Operador  
369 \_\_\_\_\_  
370 Maria Leonete da Conceição Leite – Agente Operador  
371 \_\_\_\_\_  
372 Alessandra D'Ávila Vieira – SNH  
373 \_\_\_\_\_  
374 Antônio Vladimir Moura Lima – SNH  
375 \_\_\_\_\_  
376 Monique Toledo – SNH  
377 \_\_\_\_\_  
378 José Cristiano – SNH  
379 \_\_\_\_\_  
380 Izabel Torres Cordeiro – SNH  
381 \_\_\_\_\_  
382 Mayara Daher de Melo - SNH  
383 \_\_\_\_\_  
384 Guilherme Souza – SNH  
385 \_\_\_\_\_  
386 Alfeu Garbin – ABC  
387 \_\_\_\_\_  
388 Ivanildo Fernandes – Caixa  
389 \_\_\_\_\_